

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE RIBEIRÃO PRETO

Almir de Paula e Silva*

Resumo: O trabalho pretende contribuir na discussão sobre a preservação do patrimônio cultural em Ribeirão Preto (SP) e a interação com a educação básica. Desde a construção dos casarões, prédios públicos, clubes, teatros e hotéis em fins do século XIX e início XX, no auge da produção cafeeira até os dias atuais, o município ostenta como símbolos de prosperidade que foram utilizados na propaganda de uma cidade luz, mas que na verdade se reduzia ao entorno da Praça XV de Novembro e como a população se relacionou com essa cidade edificada aos moldes europeus, que ao mesmo tempo privava seus habitantes de usufruir desses bens materiais. O grande empecilho na preservação desse patrimônio consiste justamente na não identificação da população com esses bens e locais, que chamamos de lugares de memória. Busca-se inserir essa discussão na educação básica por meio de um projeto de educação patrimonial na rede pública, buscando a valorização dos bens culturais e dos lugares de memória, junto aos estudantes do ensino fundamental.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Prática educativa. Ribeirão Preto (SP).

Abstract: This paper aims to contribute to the discussion on the preservation of cultural heritage in Ribeirão Preto (SP) and the interaction with the basic education. Since the construction of houses, public buildings, clubs, theaters and hotels in the late nineteenth century and early twentieth, at the height of coffee production to the present day as prosperity symbols that were used in the advertising of a light city, but actually was reduced to around the Praça XV November and as the population was associated with this city built to European manner and at the same time depriving inhabitants of access to such property. The major obstacle in preserving this heritage is not just in people's identification with these assets and sites, which we call memory locations. We seek to enter this discussion in basic education through a heritage education project in public, seeking the recovery of cultural property and places of memory, together with elementary school students.

Keywords: Patrimonial education. Educational practice. Ribeirão Preto (SP).

* Núcleo de Estudos Agrários, NEA.
Universidade Estadual Paulista, UNESP, de Rio Claro.
Mestre em Sociologia pela UNESP, Araraquara.
E-mail: almirps05@hotmail.com



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. O estudo da história local a partir do seu início: o centro histórico

Ao se refletir sobre o projeto de educação patrimonial a ser implantado nas escolas de ensino fundamental, pensamos que não se tem como dissociá-lo do estudo da história local e regional e do conhecimento sobre o seu centro histórico, onde tudo começou. Diversas áreas do conhecimento passaram a se dedicar aos estudos referentes aos centros históricos, gerando inúmeras discussões interdisciplinares que vem se transformando em um campo rico de pesquisas. A proposta de qualquer projeto que insira o centro histórico como objeto de estudo, requer destacar o processo histórico ocorrido que traz como consequências profundas transformações em suas características iniciais. Conforme Frúgoli (1995, p. 12), o centro é o local da cidade onde as dimensões culturais e sociais conseguem maior visibilidade. Apesar de inúmeras semelhanças entre os centros históricos das diversas cidades do país, cada sociedade, em uma determinada época constrói o seu centro que contém suas peculiaridades. Segundo Castells (1983, p. 271), o centro desempenha simultaneamente um papel integrador e simbólico. O centro de uma cidade se torna uma área estratégica, pois ali se concentram os investimentos urbanos realizados pelos governos ao longo do tempo. Ao alojar os espaços mais antigos da cidade com suas primeiras edificações, o centro geralmente traz as características de “antigo” e às vezes ligado a alguma atividade econômica, assim esse local passa a funcionar como uma marca da cidade, um cartão de visita (ROLNIK, 1986, p. 50), justificando, assim, já que seria essa a imagem que se pretendia propagar da cidade, projetos de recuperação e preservação de seu patrimônio.

A partir da década de 1980 é que assistimos a um lento processo de transformação desses centros históricos com uma paisagem de decadência, já bem degradada em espaços de consumo e entretenimento e turismo. É nesse sentido que o trabalho também pretende contribuir, pois aliado à temática de projetos de revitalização urbana, estaria a implantação de projetos de educação patrimonial nas escolas do município, pois assim esses contribuiriam para esse processo que se pretende mostrar a importância da área central, um projeto que propicie aos estudantes e a população conhecerem a sua própria história.

Sempre pensado no sentido de ser uma alternativa ao currículo tradicional, trazendo consigo novas representações simbólicas e práticas pedagógicas, o ensino de história local e regional oferece aos professores e alunos a oportunidade de conhecer a sua própria história e relacioná-la aos grandes acontecimentos da história nacional. A história local e regional está inserida em documentos normativos da educação brasileira como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). São dispositivos

que promovem a valorização do estudo da localidade, mas insuficientes para incrementar na prática o ensino de história local.

A história local e regional adquire importância a partir do momento em que o foco deixa de ser baseado em temas distantes para incorporar os acontecimentos históricos regionais e conseqüentemente do município.

Enquanto os livros didáticos se especializam em um tipo de conhecimento histórico fundamentado na História Geral e do Brasil, mesmo que seja essencial para o aluno, muitas vezes se distancia de seu tempo presente e de sua realidade.

Temos que entender a necessidade de valorizar o ensino de história local e regional no ensino fundamental. Segundo Fernandes (1995, p. 8), “estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo”.

Mas, a história local e regional não deve ser estudada fora do contexto geral da região, assim, não podemos falar da economia de Ribeirão Preto no século XIX, sem nos remeter também ao cenário regional e também nacional. O importante é perceber as relações históricas que se estabelecem, sem valorizar um tema em detrimento de outro.

Podemos dizer, então, que a introdução do ensino de história local e regional no município passou antes pela introdução dos conteúdos no referencial curricular de História do 6º ao 9º ano, desde 2010. A partir daí, um conjunto de ações foram desenvolvidas, dando origem ao projeto, que tenta fornecer condições para que seja desenvolvido um trabalho em cada unidade escolar. O nome do projeto busca ilustrar bem os seus objetivos, que é mostrar toda a evolução histórica, econômica e urbana do município e a transformação de seu espaço urbano e rural.

A partir da segregação estabelecida a partir da construção de um centro para a elite, busca-se mostrar como isso repercutiu ao longo do século XX e como a população vê e se relaciona com seus principais prédios históricos atualmente. Após um período de destruição de várias edificações da época cafeeira e a construção de um centro moderno nas décadas de 1970 e 1980, surgem várias vozes em defesa da preservação do patrimônio cultural. O grande empecilho na preservação do patrimônio cultural de Ribeirão Preto (SP) consiste justamente na não identificação da população do município com esses locais, que chamamos de lugares de memória. Pretende-se inserir essa discussão na educação básica por meio de um projeto de educação patrimonial na rede pública, buscando a valorização dos bens culturais e dos lugares de memória, junto aos estudantes do ensino fundamental.

Por meio do ensino da história local busca-se a valorização dos bens culturais e dos lugares de memória, junto aos estudantes do ensino fundamental. O objetivo do projeto é iniciar

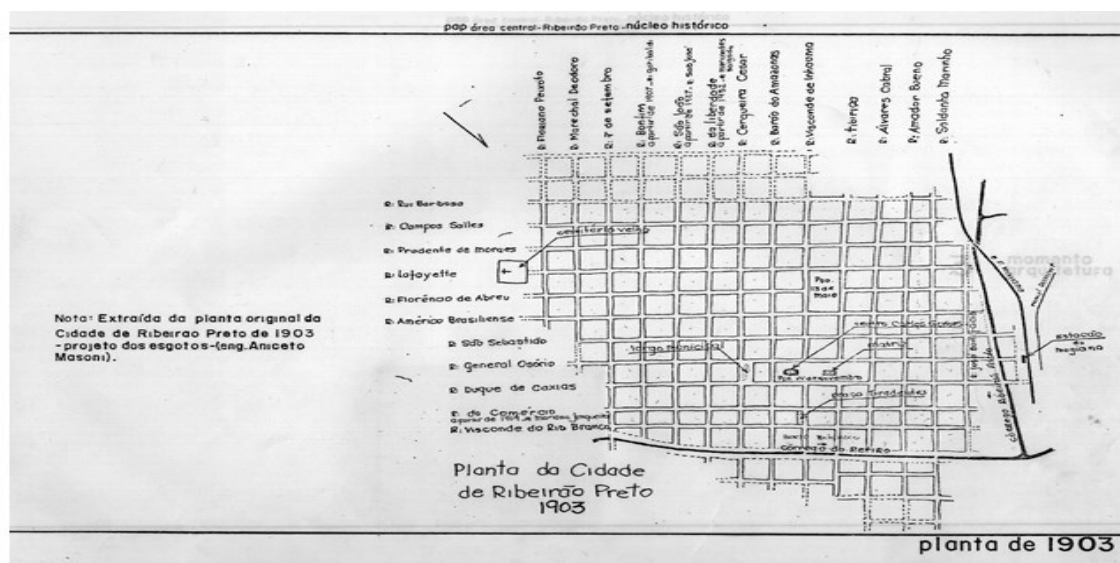


o estudo com as edificações históricas do período do café e posteriormente se estender a noção de patrimônio a outras áreas do conhecimento, apresentando o patrimônio natural e ambiental, e identificando também bens que podem ser considerados patrimônios imateriais, como festas, saberes, modos de fazer, etc. Pretende-se, ao aliar a constituição dessa paisagem cultural com a educação patrimonial, a história local e a educação histórica por meio de atividades que despertem a ideia de pertencimento, construir um caminho para a estruturação da identidade do aluno com o lugar em que vive, para que se desperte nele a noção de preservação do patrimônio cultural da cidade.

2. A prosperidade da economia cafeeira e a construção de uma cidade

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, o café produzido no interior paulista se tornou o principal produto de exportação do Brasil, sendo responsável pela aproximação com alguns países europeus, principalmente a França, que valorizava a modernidade e o desenvolvimento. O mundo dos cafeicultores sofreu grande influência desses valores, e que aplicados à nossa realidade resultou em projetos que anunciavam a modernização das localidades, por meio de investimentos na urbanização com o capital acumulado na produção cafeeira. No processo de urbanização do município de Ribeirão Preto fica nítido que aliado às ideias e ao projeto de modernização houve uma exclusão de parcela significativa da população que foi impedida de ter acesso aos principais equipamentos e melhorias urbanas na época.

Figura 1 – Planta da cidade de Ribeirão Preto em 1903.



Fonte: Arquivo Público de Histórico de Ribeirão Preto.

Fica claro que esse projeto contemplava somente uma elite de fazendeiros e políticos que, beneficiados pela situação política e econômica, constroem uma cidade, denominada entre rios como forma de se propagar o desenvolvimento e a urbanização de uma pequena metrópole no interior paulista. A exclusão espacial dessa população que começa a se fixar fora dos limites da área central da cidade não foi exclusividade de Ribeirão Preto, mas ao verificar estudos posteriores sobre o processo de urbanização do município, percebe-se que as consequências são sentidas nos dias atuais, tanto nas condições de vida da população, quanto na questão do reconhecimento e identidade que essas pessoas têm com a sua história. Não há por parte da maioria da população um conhecimento sobre a história do município, sendo assim não há uma relação de pertencimento e identidade com o que se considera patrimônio do local.

Nesse sentido, ao ir se construindo a metrópole do interior, vai se delineando a identidade e a inserção social de imigrantes, operários, pobres, comerciantes, fazendeiros produtores de café.

A modernidade nos países periféricos foi analisada por Canclini (1997). Segundo o autor, a modernização na América Latina foi limitada no que diz respeito às transformações políticas e econômicas, principalmente no tocante aos grupos menos favorecidos. Essa modernidade, diz Canclini, beneficiará somente uma elite, que era uma minoria que se apropria dessa dita modernidade e a (re)significa de acordo com seus próprios interesses.

Figura 2 - Palacete Innechi, prédio à esquerda, e a sede social da Sociedade Recreativa.



Fonte: Arquivo Público de Histórico de Ribeirão Preto.

O Palacete Innechi foi demolido e no local foi construída uma agência do Banco Itaú.



Ao se referir à modernidade, Giddens (1991, p. 21) destaca o aspecto urbano em detrimento do rural ligado a ela. Segundo Giddens (1991), nesses locais foi incentivado o desenvolvimento das cidades como forma de exaltação do projeto de modernidade. Em Ribeirão Preto, o café trouxe a modernidade e uma acumulação capitalista como nunca se viu como consequência da instalação dos trilhos ferroviários, num complexo denominado no interior paulista de complexo cafeeiro e o município de Ribeirão Preto como principal representante na produção do café.

A cidade inicia um desenvolvimento fruto dos lucros obtidos com a produção cafeeira, resultando em benefícios para uma elite que desejava viver numa sociedade civilizada e moderna. Um capitalismo agrário contraditório se instala, provocando conflitos entre a concepção de civilização europeia, mas ao mesmo tempo influenciada por hábitos e comportamentos rurais que precisavam ser extirpados.

Isso ocorre em vários municípios paulistas e em Ribeirão Preto com maior intensidade e essa mentalidade é que vai ditar o desenvolvimento da cidade durante todo o século XX, trazendo consequências desastrosas para a preservação de seu patrimônio, de sua memória e de sua própria história.

Podemos dizer que durante quase todo o século XX não houve preocupação com a memória da cidade e com a valorização e preservação do patrimônio construído durante a fase áurea do café.

Essa preocupação surge somente no final do século XX, quando muitas das edificações (residências, prédios públicos, teatros) foram demolidos para a construção de prédios de arquitetura moderna, conforme observamos na imagem anterior.

3. Paisagem cultural e patrimônio

Com a necessidade de atender as profundas transformações da sociedade contemporânea e a conseqüente interferência nas alterações dos territórios é que o conceito de Paisagem Cultural aparece no cenário mundial e brasileiro.

O conceito de patrimônio cultural vem se alterando e avançando ao longo do tempo, desde o século XVIII, assim como os instrumentos necessários para a sua preservação. Isso irá permitir a preservação de conjuntos arquitetônicos, edificações, obras de arte, modos de fazer e saberes, apesar de todo um processo contrário de destruição de bens considerados patrimônios urbanos.

Foi a partir da Carta de Atenas, de 1931, que uma paisagem passa ser tida como um bem cultural. Assim, o olhar ultrapassa a edificação histórica e também passa a valorizar o seu



entorno. Em 1964, a Carta de Veneza, altera-se o conceito de entorno, que expande para o de ambiência, que também é defendido na Recomendação de Nairóbi, de 1976 e também pela Carta de Washington, de 1986. Portanto, a partir da ideia de ambiência, a paisagem seria como um pano de fundo, sendo preservada para dar um sentido maior a uma edificação histórica, que no caso seria o bem principal. Mas o conceito de paisagem passa a se ampliar, passando a ter uma percepção mais detalhada e envolvendo múltiplos olhares. A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, da UNESCO, proporcionou que os bens do patrimônio cultural da humanidade por meio de valores que lhes foram atribuídos poderiam ser inseridos em duas categorias: cultural e natural. Ainda persistia uma visão antagônica entre eles, pois o ambiente natural é mais valorizado, quando não tenha tido interferência ou intervenções do homem, enquanto as construções e objetos culturais em nada se relacionam com o seu meio ou espaço físico.

Somente em 1992, a UNESCO insere a categoria de paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial, acabando com o antagonismo até então existente, adotando “[...] a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem” (RIBEIRO, 2007, p. 40-41). Com isso, a UNESCO abre novas possibilidades nos trabalhos de preservação do patrimônio que se realizariam a partir daí. Cria-se, então, uma visão ampla para se definir os bens culturais.

Segundo a ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*, de 2009, a Paisagem Cultural inserida como bem se dá, pois ela é ilustrativa de um processo histórico com suas interferências seja do ambiente natural ou de forças culturais, sociais. Como critério para selecionar uma região é necessário que tenha um valor universal, ou seja, representativa em termos de uma região geocultural e pela sua capacidade de integrar elementos culturais essenciais de determinada região. A Paisagem Cultural é dividida em três categorias (ICOMOS, 2009, p. 1-2):

- *Paisagem claramente definida*: envolve jardins e parques criados propositalmente por motivos estéticos que podem estar ligados às construções monumentais ou religiosas. De acordo com a ICOMOS, são as mais fáceis de identificar. Exemplo: Sintra, em Portugal, e a Paisagem Cultural de Lednice-Valtice, na República Tcheca.

- *Paisagem evoluída organicamente*: essa categoria é inicialmente resultado de uma imposição social, econômica, administrativa e/ou religiosa que se desenvolveu por meio da associação em relação ao meio natural. Essa paisagem ainda se subdivide em duas tipologias, a saber: *Paisagem Relíquia ou Fóssil*: a paisagem em que sua construção se finalizou em algum momento passado, mas alguns aspectos ainda podem ser vistos como vestígios materiais; e *Paisagem Contínua*: é a paisagem representativa que possui um papel importante na sociedade

atual, associada profundamente aos modos de vida tradicionais e, ao mesmo tempo, aos processos evolutivos que ainda estejam em progressão, e apresenta evidência material significativa de sua evolução ao longo do tempo. Como exemplos desse tipo de paisagem, podemos citar os terraços de arroz da Cordilheira Filipinas ou a Paisagem Cultural de Hallstatt-Danchstein Salkamergut, na Áustria.

- *Paisagem cultural associativa*: aquela que tem seu valor em função das associações elaboradas acerca delas, mesmo não existindo manifestações materiais de intervenção humana. A inclusão desse tipo de paisagem se justifica pelas associações religiosas, artísticas ou culturais com os elementos naturais, sem tornar evidente a presença material da cultural, podendo ser até ausente.

A própria Constituição brasileira de 1988 já faz uma avaliação não apenas dos bens patrimoniais, mas também do seu entorno.

O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2007, p. 42).

4. A paisagem cultural do café

No Brasil, o conceito de paisagem cultural ganhou destaque nas discussões sobre a preservação do patrimônio cultural. A Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009 deu origem a um novo instrumento de proteção do patrimônio, chamada de Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Considerando que Ribeirão Preto, em tão pouco tempo de existência sofreu rápidas e profundas transformações como consequência de uma dinâmica econômica iniciada a partir da expansão cafeeira no estado de São Paulo, juntamente com a expansão urbana do município, vem ocorrendo também perdas significativas de seu patrimônio material e também imaterial de sua história. Elementos de referência cultural e de pertencimento vêm sendo esquecidos por meio da destruição de edificações, espaços e testemunhos da história local.

A necessidade de pensar o patrimônio cultural surge quando se percebe que devido ao processo descrito acima o patrimônio, além de desvalorizado, vem sendo descaracterizado e abandonado pelo poder público e a população por não ter um sentimento de pertencimento e falta de referências levando a não identificação com o patrimônio, seja ele material ou imaterial



do município. No caso de Ribeirão Preto, outro elemento que contribui para esse desenraizamento da população, é o fato de termos uma grande parcela da população do município oriunda de outras regiões e estados do Brasil.

Diante disso houve toda uma mobilização por parte da Secretaria Municipal da Cultura, em convênio com o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e parceria com universidades e diversos pesquisadores e profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e arquitetura, buscar o reconhecimento do município como paisagem cultural do café. Várias ações dedicadas a inventariar os bens culturais do município foram realizadas com o objetivo de descobrir os referenciais da população de Ribeirão Preto e sua identificação com o café, já que foi o responsável pelo desenvolvimento inicial do município,

A paisagem cultural contribui para a construção de uma nova forma de olhar o patrimônio, pondo fim a uma bipolaridade que existia até então, a existência do patrimônio cultural e do patrimônio natural. A partir da criação do conceito de paisagem cultural essas duas categorias se fundem em uma unidade indissociável.

O presente texto pretende mostrar a necessidade de refletir sobre a participação e envolvimento de gestores e profissionais da área de Educação para o reconhecimento, valorização e preservação dos bens culturais em parceria com os agentes culturais envolvidos também com o patrimônio.

Por isso, é urgente a criação de projetos e programas de Educação Patrimonial nas escolas por parte de suas secretarias da educação, buscando a sensibilização e conscientização da comunidade, em parceria com museus, ONGs, arquivos e instituições afins. A Educação Patrimonial, como metodologia e processo educacional precisa por meio de ações criar reflexões e questionamentos sobre os seus bens culturais e sua preservação, assim como o bem material (edificações, praças, monumentos, objetos, etc.) e também o chamado bem imaterial ou intangível (manifestações culturais, celebrações, saberes, modos de fazer, etc.). Só por meio dessas experiências, e elas têm que ocorrer também na escola que está inserida na comunidade que fortaleceremos o sentimento de identidade e pertencimento e da memória de sua população e propagar o patrimônio cultural as gerações futuras.

5. A Educação Patrimonial nas escolas

A Educação Patrimonial é uma metodologia educativa que busca utilizar e se apropriar dos bens culturais que integram o patrimônio cultural local. Ela foi introduzida no país pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e a partir daí tivemos algumas experiências dentro da temática do patrimônio cultural nas escolas.



Para os professores é um desafio a construção de um projeto de educação patrimonial. A metodologia é sem dúvida uma novidade, que requer formação para o desenvolvimento do trabalho e se constitui como uma necessidade de se colocar no currículo ações que valorizem o patrimônio e que essa o trabalho com a temática se torne uma prática educativa diária.

O patrimônio cultural se torna uma valiosa ferramenta pedagógica, pois dentro do tema incluímos todos os bens de natureza material e imaterial, que possuem uma identidade e traz consigo a memória dos grupos que compõem a comunidade.

Segundo Casco (2006, p. 2)

Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres.

O princípio básico das ações de Educação Patrimonial sempre foi o uso dos bens culturais como fonte da aprendizagem, com isso espera-se que com esse conhecimento haja uma apropriação por parte de estudantes e de sua comunidade do patrimônio e com isso a preservação dos bens e sentimentos como identidade e cidadania se tornem parte e do cotidiano de todos ao longo do tempo (HORTA, 2009, p. 6).

Assim, toda a ação pedagógica voltada para a valorização do patrimônio tem que constar também no Projeto Político Pedagógico da escola, orientando os princípios dessas ações.

De acordo com Figueira (2012, p. 84-85), ao decidir trabalhar a temática patrimonial em um projeto na escola, é preciso que o professor considere as manifestações culturais e os lugares de memória que estão no entorno do estudante, pois desse modo ele pode se identificar com o objeto de estudo, despertando assim a afetividade em relação aquilo que se pretende estudar. “A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva” (HORTA, 2009, p. 8).

A metodologia da Educação Patrimonial é desenvolvida em quatro etapas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação dos bens culturais. Há, inicialmente, a identificação do objeto, o que significa sua função e então o registro do que foi percebido para depois acontecer à análise crítica. Por fim, a apropriação do conhecimento adquirido por meio da criação (HORTA, 2009, p. 11).

É importante destacar ainda o caráter interdisciplinar da metodologia da Educação Patrimonial. O patrimônio cultural, utilizado como recurso educacional, deve ser explorado nas



outras áreas do currículo, como geografia, ciências, língua portuguesa, arte e matemática (HORTA, 2009, p. 36).

Nesse sentido, a proposta de implantação do ensino de história local e regional na rede de ensino municipal caminha junto com a proposta de trabalho de educação patrimonial.

Além de documentos que podem ser encontrados no arquivo público, os jornais (principalmente os mais antigos) se apresentam como fontes de pesquisa. A atividade com jornais pode alcançar desde análise de notícias até mesmo a confecção de um jornal pelos próprios alunos. Pode-se trabalhar a interdisciplinaridade, por meio da leitura e análise de documentos.

Os monumentos antigos da cidade também são documentos importantes. Pode ser feito um mapeamento dessas edificações, tanto centrais como nos bairros, onde os alunos podem fazer uma investigação em seu próprio bairro: as construções mais antigas, suas famílias, etc. Por meio de fotos antigas, maquetes ou mapas, pode ser feito uma recriação da cidade. O contato com materiais concretos é fundamental antes de se ter o conhecimento abstrato.

A visitação *in loco* pode ser outra opção, saindo do ambiente formal da sala de aula. A visita pode ocorrer no centro histórico da cidade, como também nas ruas do seu próprio bairro, onde o aluno pode observar e depois escrever sobre o que viu.

A visita ao Arquivo Público e Histórico da cidade também seria outra sugestão para se trabalhar a história local e regional e a educação patrimonial. Nele, aluno e professor tomam contato com documentos que contam a história do município, fazendo uso de fontes históricas diversas na construção de sua história. Nesse momento, percebemos que o aluno poderá, através da pesquisa, perceber que a história é dinâmica e que ele também participa de sua construção como sujeito.

Trabalhar a Educação Patrimonial pode envolver a comunidade, mas tudo deve partir do próprio espaço escolar. É a escola que deve levar a essa comunidade - que para muitos não sabe o que é memória, o que é cultura, dessa forma, dificultando o reconhecimento e valorização de sua história - a descobrir o verdadeiro significado da memória e assim valorizar seu patrimônio histórico e cultural.

6. Considerações Finais

Após as questões relatadas, podemos identificar avanços em relação ao estudo do patrimônio nas escolas, mas ao mesmo tempo problemas e desafios que necessitam ser enfrentados para que se efetive a prática da Educação Patrimonial nas escolas.



De início, podemos destacar a falta de uma política de governo, no caso municipal voltada para o patrimônio nas escolas. Não há uma política de preservação e valorização do patrimônio e também da memória. Acontece, mas de uma forma tímida, apesar da existência de legislação que contemple ações sobre o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural do país.

Outro problema enfrentado é a formação não somente de professores, mas também de gestores e funcionários da unidade escolar, pois essas ações de formação são necessárias, já que a maior parte dos envolvidos no processo desconhece o assunto. Um primeiro passo é a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas e também do currículo, levando em consideração as questões sobre o patrimônio cultural, a memória e a identidade.

Além disso, passamos por várias transformações em nossa sociedade que parecem não terem chegado às nossas escolas, como enxergar os conteúdos escolares como meio para se construir a cidadania.

As transformações da realidade escolar precisam passar necessariamente por uma mudança de perspectiva, em que conteúdos escolares tradicionais deixem de ser encarados como o 'fim' da Educação. Eles devem ser 'meio' para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Esses conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade se estiverem integrados em um projeto educacional que almeje o estabelecimento de relações interpessoais, sociais e éticas de respeito às outras pessoas, à diversidade e ao meio ambiente. (BUSQUETS, 2000, p. 16).

A Educação Patrimonial surge como uma grande ferramenta para auxiliar nesse desafio, mas é preciso que todos queiram, assumam e consigam ver nela essa potencialidade dentro da escola para que os projetos ou temas que sejam trabalhados de forma interdisciplinar alcancem o sucesso almejado.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

_____. **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª séries. Brasília – DF. 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.



_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96**. Brasília (DF). 1996.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. **Temas Transversais em Educação**. São Paulo: Ática, 2000.

CABRAL SANTOS, Magaly de Oliveira. Memória, patrimônio e educação. **RESGATE: Revista Interdisciplinar de Cultura – Memória e Patrimônio: Territórios e Cenários de Lembranças**, Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, nº 13, p. 35 – 42, 2004.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARTA DE BAGÉ OU CARTA DA PAISAGEM CULTURAL. Bagé: 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2011.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Educação Patrimonial e Sociedade. Patrimônio: **Revista Eletrônica do IPHAN**. N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em: 10 ago. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2007.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lilian de Cássia Miranda de. **Educação Patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FRÚGOLI JR., H. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan\Museu Imperial, 2009.

ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites. **World Heritage Cultural Landscapes**. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Setembro 2009. Disponível em http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais**. Organização de Isabelle Cury. 2. ed. rev., aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2000. 384 p. (Edições do Patrimônio).

_____. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

_____. **Proposta de conteúdo para o Guia Básico – princípios e objetivos da educação patrimonial**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/propog/educa.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.



NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RIBEIRÃO PRETO (SP). Lei nº. 10.756, de 26 de abril de 2006. **Dispõe sobre a inclusão da disciplina extracurricular “Conhecer Nossa Cidade” nas escolas municipais de ensino fundamental** – EMEFs. Ribeirão Preto, abr. 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço político. **Espaço & Debate**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo: Editora Cortez, n. 17, 1986.

Recebido em: 15/03/15. Aprovado em: 22/06/15.